

PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA  
CATARINA - 1991

# 1- DIREÇÃO QUE SE QUER DAR PARA O PROCESSO EDUCACIONAL

“[...] entendemos que o Projeto Político-Pedagógico Escolar deva ter como base um estudo profundo de como se concebe o Mundo, a Sociedade, o Homem e a Educação Formal como uma totalidade. Para que isto ocorra, faz-se necessário estudo, reflexões e debates conclusivos no interior das escolas para tal definição”. (p. 85).

“[...] o trabalho pedagógico necessário para resgatar a qualidade do ensino supera as vontades pessoais e exige vontade política para dar mais conta do processo, por parte daqueles que compõem a comunidade escolar (educadores, alunos e pais)”. (p. 85)

“Para dar mais conta deste processo, faz-se necessário que todos os segmentos da Unidade Escolar estejam envolvidos e não somente isto, estejam participando e determinando os caminhos deste processo que é de todos”. (p. 85)

## 2- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

“A escola, portanto, não é uma instituição que busca moldar as pessoas, como se fossem simples matérias-primas ou produtos semitransformados dos quais se pode fazer qualquer coisa, como sugere a metáfora da tábua rasa; ao contrário de um trabalho com seres humanos, dotados de inteligência e vontade, capazes de produzir o novo a partir do que já existe”. (p. 85)


Assim, a função social da escola hoje, que seleciona, organiza, sequencia e dá tratamento ao conteúdo é ir além, buscando instrumentalizar os educandos para que os mesmos se apropriem do saber acumulado e desta forma possam produzir um novo saber capaz de transformar as relações sociais do qual ele é partícipe. Isto constitui a própria função social da tarefa escolar, razão de ser da sala de aula, da função do professor e sua relação com os alunos”. (p. 85)

### 3- CURRÍCULO

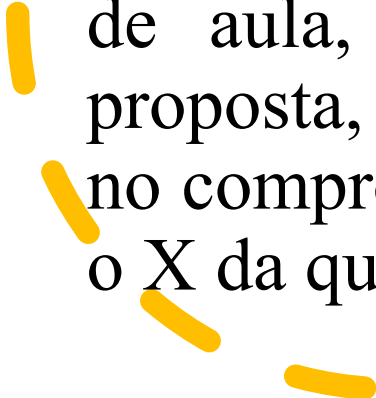
“[...] currículo é a manifestação do conhecimento produzido pela humanidade, via escola formal, cuja vertente ou direção consiste no entrelaçamento da concepção do desvelar coletivo, deste mesmo eu. É um ir e vir: da totalidade para as especificidades, da realidade para a possibilidade projetada, ou seja, entre o real e o ideal, a decisão pela caminhada possível em direção do planejamento exequível num determinado tempo e espaço. Isto quer dizer: dentro das condições históricas existentes”. (p. 85)


“Torna-se necessário definir um currículo com bases numa fundamentação socioeconômica dentro da concepção político-ideológica que se quer produzir, com vistas à transformação social. Esclarecemos que neste aspecto, a escola nova tem contribuições a dar. Isto quer dizer que a escola não vai produzir a transformação, porém, tem que efetivar a sua contribuição nesta direção”.  
(p. 85)



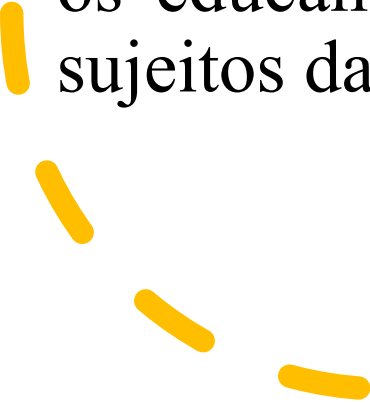


“O cotidiano no currículo, dá-se quando o currículo transforma-se em ato. É o ponto de partida e o ponto de qualquer reformulação/reconstrução de currículo. É no cotidiano que se antecipa e se efetiva a história. Em outras palavras, é no momento em que o currículo se faz ação na sala de aula, que podemos ver a efetiva intencionalidade da proposta, do agente pedagógico, do livro didático, do aluno... no comprometimento e na instrumentalização do professor está o X da questão” (p. 85)





“[...] planejar as ações para um ano letivo, na sua especificidade, requer de cada educador a clareza da função social da Escola; da concepção de Mundo, Sociedade, Homem e do Currículo na concepção de totalidade para que seu trabalho tenha direção objetiva e concreta, na perspectiva de uma transformação Escolar e Social, capaz de instrumentalizar os educandos para que os mesmos assumam o seu papel de sujeitos da sua história e da totalidade da humanidade”. (p. 85)



## 4- O PODER INTRA-ESCOLAR

“[...] qual a efetiva participação dos alunos e seus pais no processo de decisão no interior da escola?”

“Acabar com as relações autoritárias na escola é começar a acabar com o espontaneísmo pedagógico, com a fofoca pedagógica e começarmos uma profunda discussão pedagógica, fundamentada no estudo de todas as relações intra e extraescolar quando todos os segmentos devem e têm que estar envolvidos”. (p. 86)

## 5- DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

“[...] o pedagógico tem que ser o norteador de todo o trabalho escolar. [...] o administrativo se sobrepõe ao pedagógico, pela não-explicitação da função pública de cada um e por conseguinte o não-cumprimento desta mesma função”.

“Ao explicitar as funções públicas, as mesmas devem estar de tal forma objetivadas com a função social da escola e a prática do trabalho coletivo, que se possa produzir as bases da superação da ação individualizada e fragmentada das quais os alunos são os únicos prejudicados”.

Direção, secretaria, corpo docente e especialistas, APP e alunos. (p. 86)

## 7- DEFINIÇÕES QUE DEVEM SE PROCESSAR NO ÂMBITO COLETIVO DA UE

“A partir do momento que a EU possui clareza da direção pedagógica [...] estará em condições de estabelecer:

- a filosofia que norteará todo o trabalho da escola;
- a sua implicação no específico de cada curso, disciplina ou realidade local e comunitária;
- as diretrizes e metas – dentro da Proposta Curricular – que norteará todo o trabalho da Escola”

Capacitação dos recursos humanos, regimento interno, conselho de classe, material didático, disciplina escolar, formação de turmas, horário, calendário escolar, datas e semanas comemorativas, matrícula e uniforme. (p. 86)

“Nesta concepção, temos a clareza que a Educação Pública Catarinense estará avançando da forma arcaica de se conceber Educação como Instrução, ou seja, adestramento, para Educação como mecanismo que instrumentaliza o homem de conhecimento.

Este produzirá a consciência dinâmica e histórica tão necessária para as transformações sociais, políticas e econômicas”. (p. 87)